

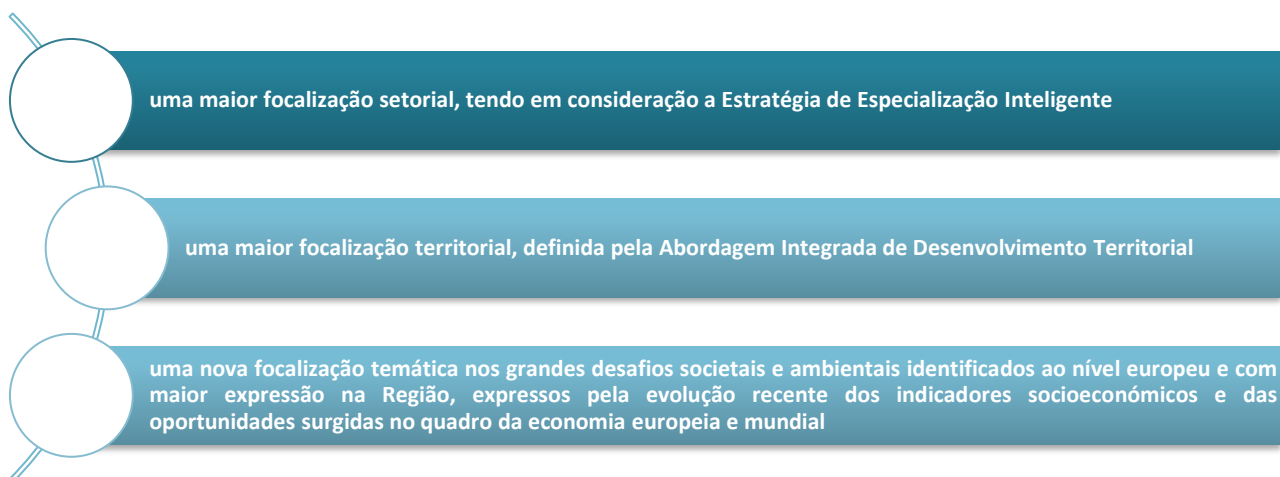
1. APRESENTAÇÃO DO POR LISBOA 2020

Título do Programa	Data de aprovação pela CE	Identificação e contactos da Autoridade de Gestão
Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020	- Aprovação: 18-12-2014 1ª alteração: 24-10-2017 2ª alteração: 11-12-2017 3ª alteração: 05-12-2018 4ª alteração: 23-01-2020 5ª alteração: 09-09-2020 6ª alteração: 04-12-2023 7ª alteração: 31-05-2024	- Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 - Rua Alexandre Herculano, 37 – 1250-009 Lisboa - Telefone +351 213 837 100 Email: lisboa2020@ccdr-lvt.pt - Website: http://lisboa.portugal2020.pt/ - Portal Portugal 2020: https://www.portugal2020.pt

1.1. Objetivos Estratégicos

A Região de Lisboa tem como principal ambição para o período 2014-2020 dar continuidade à trajetória de desenvolvimento que tem vindo a seguir desde 1986, superando os atuais estrangulamentos sociais e económicos e aproveitando de forma mais inteligente, inclusiva e sustentável as potencialidades geradas pelo território e pelo seu capital humano, cultural e ambiental.

No contexto da elaboração do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, documento de suporte do POR Lisboa 2020, e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) foi reequacionado o posicionamento estratégico da Região. Concluiu-se que a “Estratégia Regional Lisboa 2020”, elaborada em 2007, mantém a sua validade como referencial geral, exigindo-se, contudo, até 2020:



Assim, a Região de Lisboa escolheu orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Para informação mais detalhada consulte o *website* Lisboa 2020, em <https://portugal2020.pt/>.

1.2. Eixos Prioritários

EP1 | Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

EP2 | Reforçar a competitividade das PME

EP3 | Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

EP4 | Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

EP5 | Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

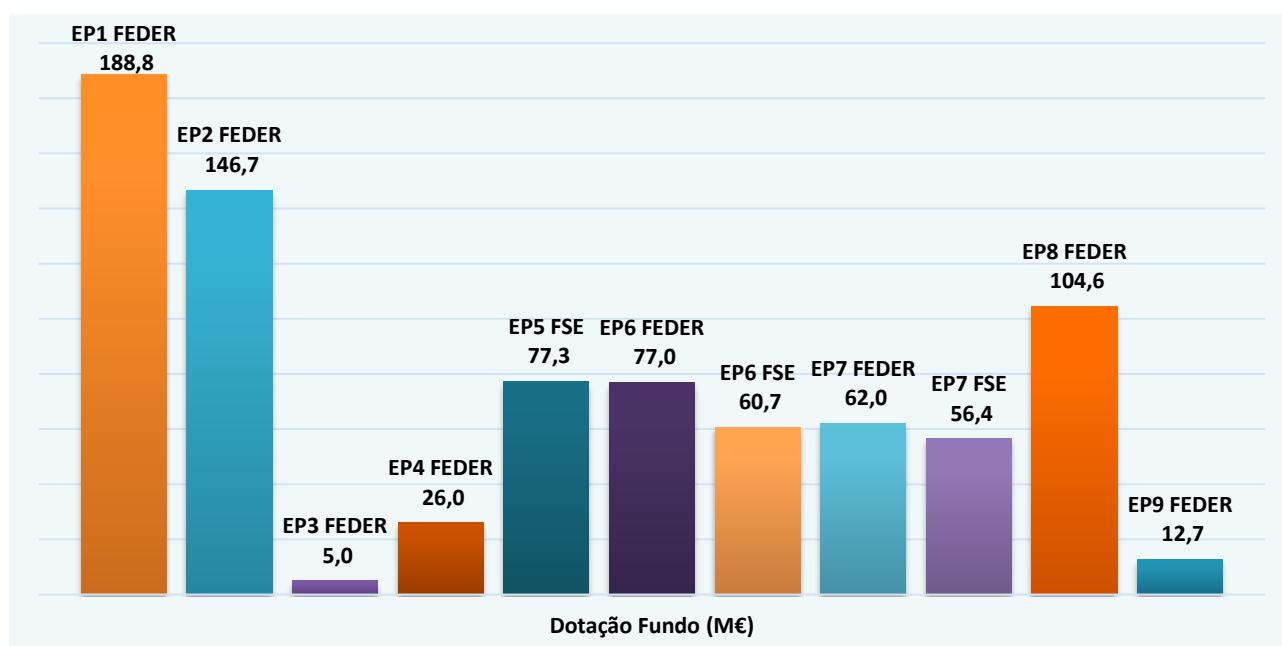
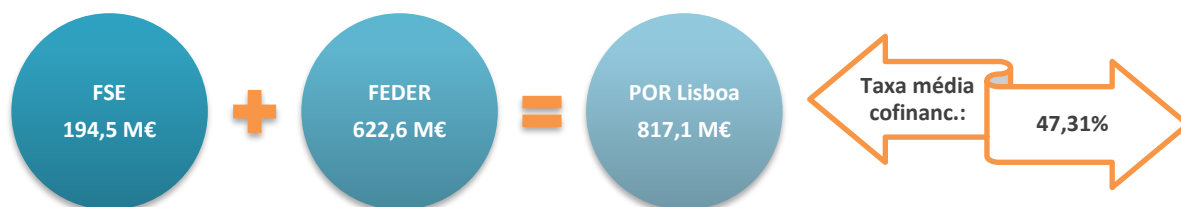
EP6 | Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

EP7 | Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida

EP8 | Desenvolvimento urbano sustentável

EP9 | Assistência Técnica

1.3. Dotação Global, por Fundo e Eixo Prioritário, em M€



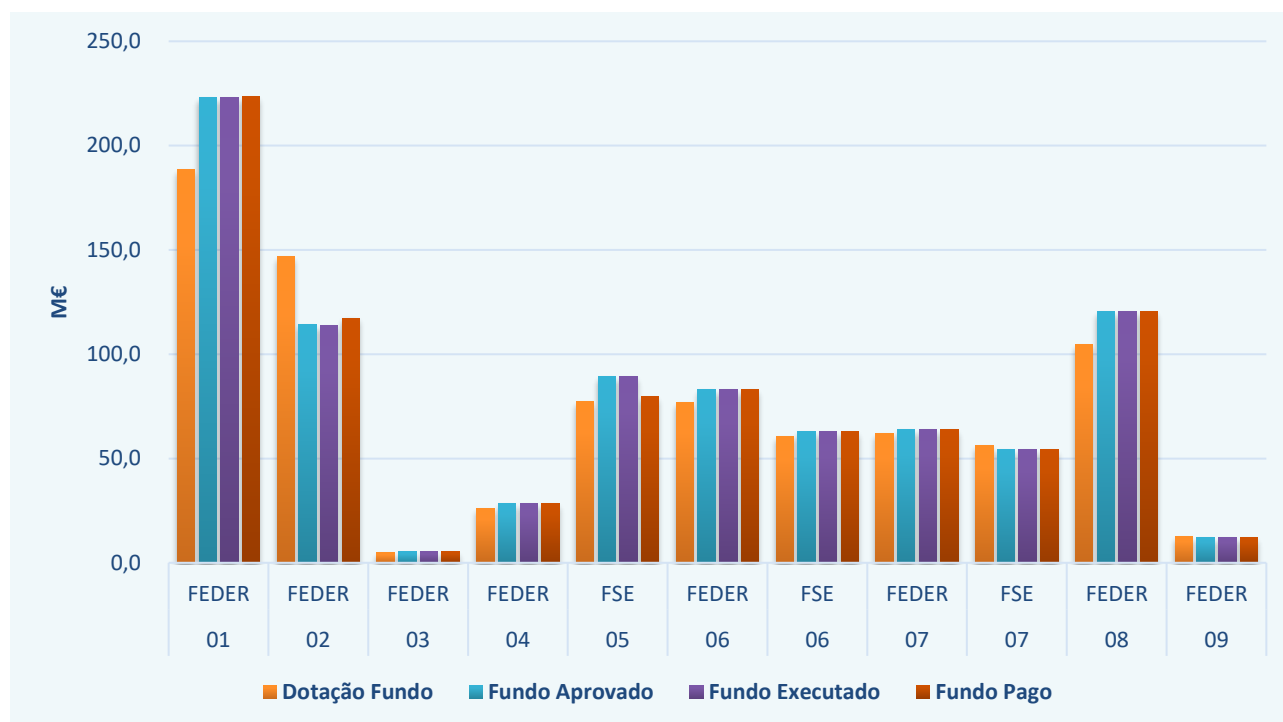
2. SÍNTESE DA EXECUÇÃO GLOBAL E POR FUNDO

Fundo aprovado	Fundo executado	Fundo pago
- Total: 857,4 M€ - FEDER: 651,0 M€ - FSE: 206,3 M€	- Total: 857,1 M€ - FEDER: 650,8 M€ - FSE: 206,3 M€	- Total: 851,0 M€ - FEDER: 654,4 M€ - FSE: 196,6 M€
Taxa de compromisso (Aprovado / Programado)	Taxa de execução (Executado / Programado)	Taxa de realização (Executado / Aprovado)
PORL: 104,9%	PORL: 104,9%	PORL: 100,0%
FEDER: 104,6%	FEDER: 104,5%	FEDER: 100,0%
FSE: 106,1%	FSE: 106,1%	FSE: 100,0%

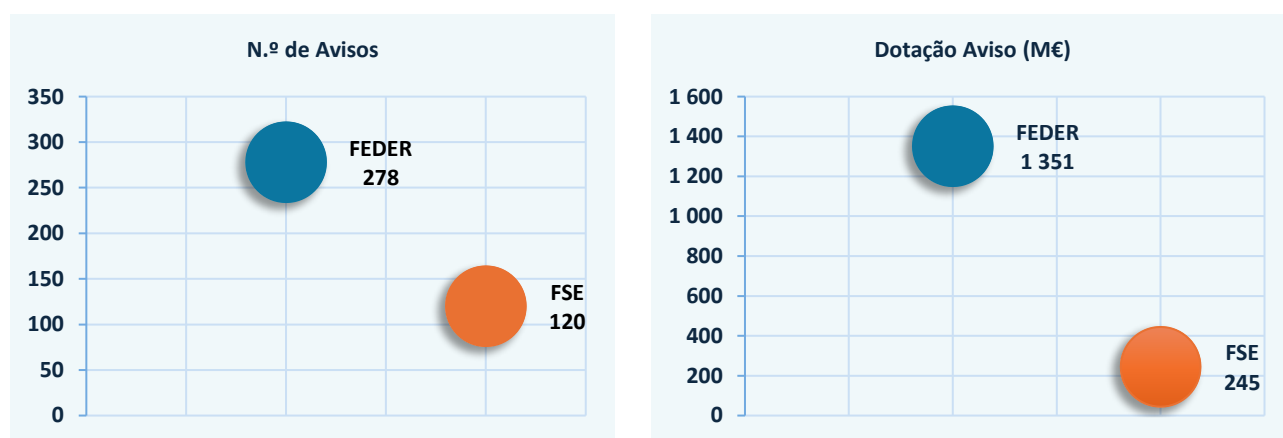
A síntese do Programa é a seguinte:



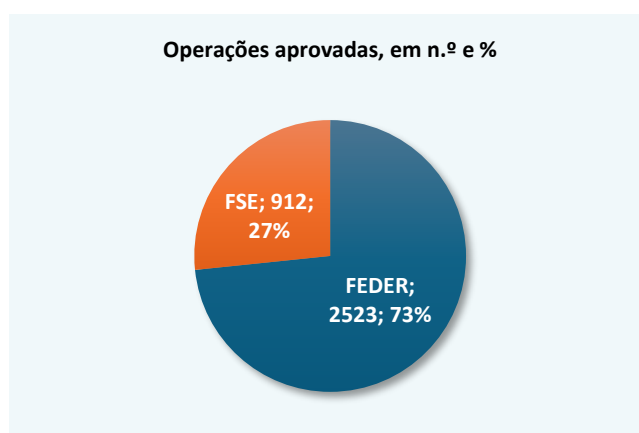
Por Eixo Prioritário e Fundo:



Número de Avisos abertos e respetiva Dotação, por Fundo



Número e % de operações aprovadas, por Fundo



3. RESULTADOS ALCANÇADOS – APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE REALIZAÇÃO FACE ÀS METAS PROGRAMADAS PARA 2023

Execução de alguns Indicadores **FEDER**



Eixo Prioritário 1 | Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

- Infraestruturas de investigação apoiadas: 27 | Execução do Indicador: 100%
- Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções): 237.603.943€ | Execução do Indicador: 155%
- Projetos de I&D apoiados: 367 | Execução do Indicador: 126%



Eixo Prioritário 2 | Reforçar a competitividade das PME

- Número de empresas que recebem subvenções: 841 | Execução do Indicador: 116%
- Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções): 215.730.312€ | Execução do Indicador: 184%
- Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas: 1564 | Execução do Indicador: 172%



Eixo Prioritário 3 | Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

- Eficiência energética: N.º agregados familiares com consumo de energia melhorado: 294 | Execução do Indicador: 117%
- Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos: 10.232.134 kWh/ano | Execução do Indicador: 144%
- Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa: 1.642 Ton CO2 equiv. | Execução do Indicador: 136%



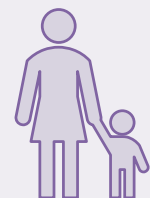
Eixo Prioritário 4 | Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

- Turismo sustentável - Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio: 812.232 | Execução do Indicador: 286%



Eixo Prioritário 6 | Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

- Equipamentos sociais e de saúde apoiados: 79 | Execução do Indicador: 100%
- Saúde: População abrangida por serviços de saúde melhorados: 2.688.326 | Execução do Indicador: 100%
- Estratégias DLBC apoiadas: 12 | Execução do Indicador: 100%



Eixo Prioritário 7 | Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida

- Acolhimento de crianças e educação - Capacidade das infraestr. de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas: 122.564 | Execução do Indicador: 339%



Eixo Prioritário 8 | Desenvolvimento urbano sustentável

- Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas: 1.771 | Execução do Indicador: 166%
- Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas: 50.007 m2 | Execução do Indicador: 158%
- PI 9.8 Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas: 565.899 m2 | Execução do Indicador: 236%
- PI 6.5 Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas: 596.041 m2 | Execução do Indicador: 169%

Execução de alguns Indicadores FSE



Eixo Prioritário 5 | Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

- Participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais: 14.195 | Execução do Indicador: 125%
- Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas: 181 | Execução do Indicador: 197%
- Participações de empregados em unidades de formação de curta duração: 139.890 | Execução do Indicador: 161%
- Participações de desempregados em unidades de formação de curta duração: 29.471 | Execução do Indicador: 131%



Eixo Prioritário 6 | Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

- N.º Projectos apoiados direccionados a populações / territórios vulneráveis: 151 | Execução do Indicador: 108%
- N.º Projetos de inovação e experimentação social apoiados: 67 | Execução do Indicador: 134%
- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego: 404 | Execução do Indicador: 135%



Eixo Prioritário 7 | Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida

- N.º Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET): 1.583 | Execução do Indicador: 98%
- N.º Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível, ISCED 3: 3.820 | Execução do Indicador: 102%
- N.º Pessoas inscritas nos Centros Qualifica: 133.598 | Execução do Indicador: 163%

4. APRESENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE COMBATE E/OU SUPERAÇÃO À PANDEMIA COVID-19, SUA RELEVÂNCIA E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E RESULTADOS

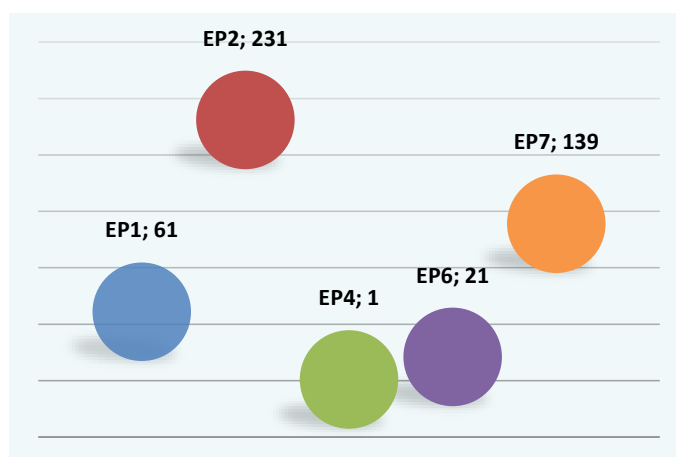
O ano 2023, tal como aconteceu desde 2020, foi um ano ainda marcado pela retoma pós pandemia, afetando o funcionamento do Programa, com efeitos nas operações FEDER e FSE.

Assim, no âmbito do FEDER e FSE, e visando estimular a retoma económica, foram utilizadas as flexibilidades de aumento de taxa de cofinanciamento permitida no âmbito da flexibilização dos regulamentos CRUI e CARE. A aplicação das referidas flexibilidades permitiu o aumento de taxas de cofinanciamento nas operações do FEDER público, não sujeitas aos auxílios de Estado, exigindo um menor esforço financeiro por parte dos beneficiários ao nível da contrapartida nacional e, consequentemente, uma retoma sólida pós pandemia, diminuindo a vulnerabilidade dos beneficiários aos constrangimentos do mercado. No caso do FSE foram ainda prorrogados os prazos de execução das candidaturas de modo a compensar a suspensão de atividades na fase do COVID-19.

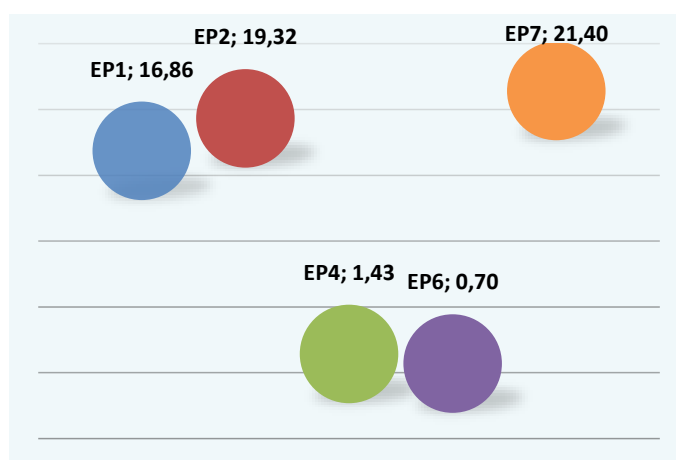
No contexto das medidas de combate à pandemia COVID-19 foram abertos 16 Avisos FEDER associados às Tipologia de Intervenção “Investigação científica e tecnológica”, “Atividades de I&D empresarial” e “Investimento empresarial em inovação de não PME” (EP1), “Qualificação e inovação das PME” (EP2), “Património natural e cultural” (EP4), “Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)” (EP6) e “Infraestruturas de ensino básico e secundário” (EP7).

As medidas de combate à pandemia COVID-19 implementadas tiveram a seguinte **execução**:

N.º de operações executadas,
por eixo prioritário (EP):



Fundo executado (M€), por
eixo prioritário (EP):



Resultados dos principais **Indicadores**:



Eixo Prioritário 1 | Investimento produtivo - N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19: **47 empresas**
| Execução do Indicador: **588%**



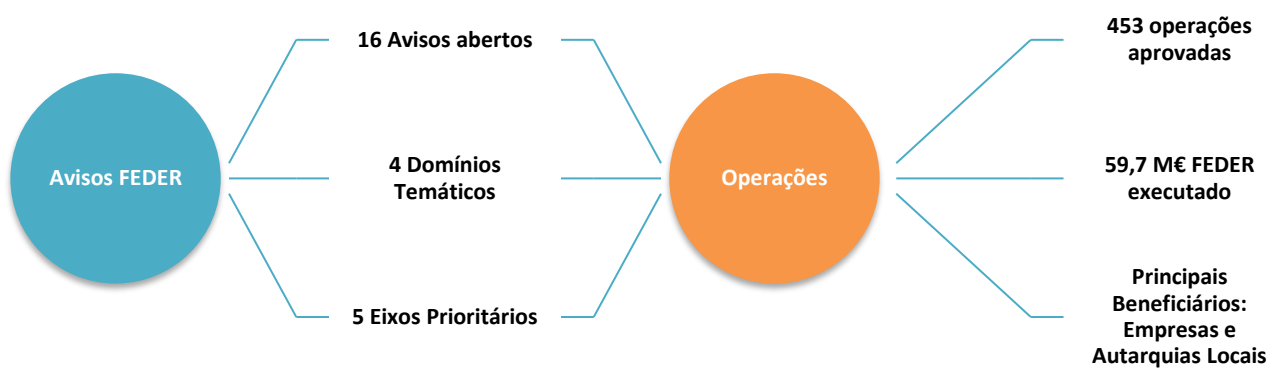
Eixo Prioritário 2 | Investimento produtivo: N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19: **229 empresas** | Execução do Indicador: **573%**



Eixo Prioritário 7 | Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos): **111%** | Execução do Indicador: **154%**

Nota: no caso do Eixo Prioritário 7, dos 4 avisos abertos apenas um aviso contribuiu para as medidas de combate à pandemia COVID-19 embora o indicador aqui apresentado inclua os resultados globais. Este aviso COVID representou 58% do número total de candidaturas apresentadas nesta tipologia de intervenção e 37% do FEDER executado.

A **síntese destas intervenções** é a seguinte:



5. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA QUE CONDICIONARAM OS RESULTADOS E DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RESPECTIVA RESOLUÇÃO

O ano 2023, tal como aconteceu nos 3 anos anteriores, foi um ano ainda marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19 e do conflito na Ucrânia, afetando todo o funcionamento do Programa, com efeitos diferenciados nas operações FEDER e FSE.

Assim, no âmbito do FEDER, visando estimular a retoma económica, foi criado um instrumento de política pública de apoio direto ao investimento empresarial produtivo, tendo por objetivo estimular a produção nacional, com enfoque no setor industrial e no setor do turismo, entre outros setores relevantes, e a redução da dependência face ao exterior, primando pela agilidade de procedimentos, eficiência na gestão e eficácia nos resultados. Este instrumento traduziu-se no Programa Apoio à Produção Nacional – Base Local (PAPN), liderado, no caso do Lisboa 2020, pelos Grupo de Ação Local (GAL).

Foi também iniciada, com forte incremento, a execução das candidaturas dos avisos lançados no ano 2020, no contexto das medidas de combate à pandemia, concretamente na tipologia “Património natural e cultural” (EP4), e “Infraestruturas de ensino básico e secundário” (EP7).

Ainda no contexto das medidas de combate à pandemia COVID-19, deu-se continuidade ao acompanhamento da execução das operações dos Avisos FEDER associados às Tipologia de Intervenção “Investigação científica e tecnológica”, “Atividades de I&D empresarial” e “Investimento empresarial em inovação de não PME” (EP1) e “Qualificação e inovação das PME” (EP2).

Na área dos projetos públicos, ainda vertente FEDER, muitas empresas na área de construção continuaram a revelar significativas dificuldades na implementação atempada das obras, confrontando-se com dificuldades ao nível do fornecimento e custo dos materiais, bem como a existência de concursos desertos em vários procedimentos contratuais lançados pelos Municípios. Esta situação foi agravada no ano de 2022 pelo aumento dos custos das matérias-primas e indisponibilidade do fornecimento de materiais e equipamentos e teve repercussões nos anos seguintes.

No caso dos Instrumentos Financeiros cofinanciados pelo FEDER e administrados pelo [Banco Português de Fomento](#), estes materializaram-se através do Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC) e do Fundo de Dívida e Garantias (FD&G) para apoiar PME e mid-caps da região em fases de arranque, crescimento e inovação. Estes instrumentos permitiram reforçar a capitalização empresarial, facilitar o acesso ao crédito com garantias públicas e atrair investimento privado, ampliando o efeito multiplicador do FEDER. Contudo, a sua implementação enfrentou algumas dificuldades, nomeadamente a complexidade de aplicação administrativa, a menor atratividade face a subsídios a fundo perdido, a baixa literacia financeira de muitas PME, bem como a relutância das instituições financeiras em partilhar o risco. No sentido de ultrapassar estas barreiras, promoveu-se o reforço da divulgação e capacitação das empresas para o uso de instrumentos reembolsáveis, bem como repensar a execução dos compromissos assumidos através da reprogramação dos projetos tendo em conta a execução registada.

Os constrangimentos acima referidos conduziram a uma forte pressão para aumento da taxa de execução do PO. Para colmatar estes problemas foram operacionalizadas as medidas de flexibilização permitidas pela Comissão Europeia no ano de 2020 e 2021. Neste âmbito, foram executadas muitas operações cujos avisos, do ano 2020, tiveram a taxa de cofinanciamento aumentada para 100%, concretamente nas áreas da programação cultural em rede (setor muito afetado pela pandemia) e da remoção do amianto nos equipamentos escolares. Foi ainda dada continuidade à aplicação da Deliberação da CIC n.º 34/2020 e da Deliberação CEPT que preveem o aumento das taxas de cofinanciamento das despesas submetidas em pedidos de pagamento nos exercícios contabilísticos de 2020 e de 2021.

O ajustamento do Programa aos impactos decorrentes do contexto pandémico COVID-19 e do conflito na Ucrânia ditaram, no ano 2023, a apresentação de um processo de reprogramação. Nessa reprogramação, efetivou-se ajustamentos nos indicadores físicos e financeiros, bem como no apuramento da respetiva metodologia de cálculo.

De salientar ainda que, para assegurar a boa execução do Programa, deu-se continuidade às reuniões de acompanhamento e monitorização com os diversos Organismos Intermédios, com especial destaque para os organismos da competitividade.

No que se refere à vertente FSE, o impacto da pandemia continuou a refletir-se de uma forma acentuada na execução das operações. Foram assim mantidas medidas de mitigação de impactos, ao nível da respetiva regulamentação, para permitir o ajustamento de cronogramas e metodologias de execução, sendo a mais marcante o uso da formação não presencial.

Tendo por base as medidas de flexibilidade da Comissão Europeia e a reprogramação final do Programa foi possível alcançar a generalidade dos objetivos e metas definidas para o Programa Lisboa 2020.



Veja [aqui](#) o vídeo da Cerimónia de Encerramento do Lisboa 2020

Veja [aqui](#) o vídeo com os resultados do Lisboa 2020

Consulte ainda a galeria de projetos apoiados pelo Lisboa 2020 em <https://lisboa.portugal2020.pt/>